

---

# Bolsões e pontos de pobreza de Londrina

Yoshiya Nakagawara Ferreira (Coord.) \*  
Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da UEL

## RESUMO

Identificação dos “bolsões de pobreza do município de Londrina”. Trata-se de um levantamento realizado nas áreas urbanas e rurais do município por uma equipe multidisciplinar, cujo objetivo foi a elaboração do mapa da fome. Tarefa realizada por oito equipes voluntárias da Universidade Estadual de Londrina, envolvendo docentes, discentes e comunidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Pobreza, Indigência, Mapa da Fome.

## 1. INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Londrina discutiu amplamente, no mês de abril/93, com vários docentes e funcionários de Departamentos e Coordenadorias, o documento divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA –, sobre “**O Mapa da Fome no Brasil**”. Os vários Departamentos e Unidades da Universidade, foram sensibilizados, constituindo-se então oito grupos de trabalho, envolvendo também alguns segmentos da sociedade, como grupos religiosos e de apoio (a Pastoral da Criança, Pastoral Social), grupos de produção (Cooperativas), Institutos de Pesquisa Agropecuária, Secretarias da Prefeitura Municipal de Londrina e pessoas da comunidade, interessadas em participar do desafio colocado perante à sociedade brasileira, no sentido de minorar a fome e a miséria no Brasil.

O presente Relatório, denominado de Preliminar, foi elaborado por um desses grupos, denominado de “**Grupo Interdisciplinar de Pesquisa**”, cuja finalidade é apresentar o Resultado dos Primeiros Levantamentos feitos no campo, objetivando a identificação de “áreas de pobreza urbana e rural” do Município de Londrina.

A indigência e a fome no Brasil, indicadores da baixa qualidade de vida da população, tanto

na área urbana como rural, tem merecido especial atenção não só do governo federal, mas também de todos os segmentos civis e políticos da sociedade.

No Brasil são 9 milhões de famílias, ou cerca de 32 milhões de brasileiros, que se defrontam diariamente com o problema da fome <sup>1</sup>, nos 4.400 municípios.

Essa população faminta localiza-se principalmente no Nordeste (7,2 milhões de indigentes), mas, uma parcela apreciável dos famintos urbanos está nas regiões metropolitanas – 4,5 milhões de pessoas –, representando aproximadamente 30% do total de indigentes que vivem nas cidades brasileiras <sup>2</sup>.

O PARANÁ, tradicionalmente conhecido como “*o celeiro do Brasil*”, <sup>3</sup> é um dos sete estados que apresenta um dos índices mais elevados de indigência e carências alimentares (antecedido pelos seguintes estados: Bahia, Minas Gerais, Ceará, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro), com cerca de 2 milhões de indigentes, segundo o IPEA.

Nos três Estados da Região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram localizados 4.082.314 pessoas indigentes, sendo que no Paraná, esta população representa cerca de 46,0%, isto é, é o mais pobre dos estados sulinos, em termos de indigência, conforme a tabela a seguir:

---

\* Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: yoshiya@ldnet.com.br

Tabela 1 – Estimativa do total de pessoas indigentes<sup>(1)</sup>, por situação do domicílio

| ESTADO                  | TOTAL          |            | METROPOLITANA |            | URBANA NÃO METROPOLITANA |            | RURAL          |            |
|-------------------------|----------------|------------|---------------|------------|--------------------------|------------|----------------|------------|
|                         | N. ABSOLUTO    | %          | N. ABSOLUTO   | %          | N. ABSOLUTO              | %          | N. ABSOLUTO    | %          |
| Paraná                  | 1883043        | 46.12      | 147708        | 39.53      | 607278                   | 47.37      | 1128057        | 46.48      |
| Santa Catarina          | 664375         | 16.27      | -             | -          | 241545                   | 18.84      | 422831         | 17.42      |
| Rio Grande do Sul       | 1534895        | 37.60      | 225946        | 60.47      | 432979                   | 33.78      | 875971         | 36.10      |
| <b>Total Região Sul</b> | <b>4082313</b> | <b>100</b> | <b>373654</b> | <b>100</b> | <b>1281802</b>           | <b>100</b> | <b>2426859</b> | <b>100</b> |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, 1990

<sup>(1)</sup> Pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda, para a família como um todo, os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU.

A tabela 1 demonstra ainda que a situação é mais grave na área rural do Paraná (60% do total).

Se, a nível mundial, a situação é caótica, com 1,3 bilhão de pessoas – cerca de um terço da população –, vivendo abaixo do nível de pobreza absoluta<sup>4</sup> –, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil, e, mais particularmente no Paraná, a situação é alarmante, com iminência de uma explosão social. Na pesquisa realizada em 1983, sobre a “Mão-de-Obra de Londrina”<sup>5</sup>, numa amostra de 2.692 domicílios, foi constatada a presença de 3,42% de domicílios com rendimentos até ½ salário mínimo, 6,95% de ½ a 1 salário mínimo, isto é, 10,37% de domicílios considerados como próximos da miséria.

A mesma pesquisa demonstrou que o nível de escolaridade da população ocupada (ou trabalhando), acima de 10 anos, é **baixo**, pois, 13,8% da PO. nunca frequentou escola, e, 34,5% possuem apenas o nível **elementar**, até a 4ª série do “primário”, perfazendo estas duas categorias, quase a metade da população ocupada (48,3%).

Um dado importante dessa pesquisa é com relação à forma de ocupação: 26,1% da População Ocupada é do **Setor Informal**, ou seja, não legalizada, do ponto de vista fiscal ou da legislação trabalhista, atuando nos vários setores de atividade, realizando comércio ou prestando serviços (camelôs, bicos, costureiras, encanadores, pintores, manicures, cabeleireiras, vendedores ambulantes, empregadas domésticas não registradas, auxiliares de escritório, etc). Somando-se a **População Ocupada** não remunerada ou recebendo em benefícios, totalizava nessa época, 29,7% da população do Setor Informal (Amostra de 4.072 pessoas ocupadas).

Com relação ao rendimento familiar dos Conjuntos Habitacionais, o resultado foi o seguinte: 6,4% de domicílios com renda familiar até ½ salário, 7,4% de domicílios com renda familiar de ½ a 1 salário, perfazendo 13,8% de famílias residindo nos Conjuntos.

Nessa pesquisa, constatou-se a presença de aproximadamente 1.500 famílias residindo em favelas, distribuídas em 13 áreas geralmente próximas aos córregos da área periférica urbana e mais 3 áreas com menos de 10 barracos, constituindo habitações sub-normais.

Com relação à situação sócio-econômica do londrinense, *em nível global*, essa foi a última pesquisa realizada e divulgada. Há uma série de pesquisas setoriais e também estudos de casos realizados, que demonstraram a precária situação da população londrinense, em sistematização pela equipe de trabalho.

Infelizmente, os dados específicos do *último censo* de 91 ainda não foram divulgados, e nem há previsão para a sua divulgação, segundo informações obtidas em contatos realizados junto à agência do IBGE de Curitiba e de Londrina.

Todos os dados e estimativas divulgados pelas pesquisas e pela imprensa em geral, revelam que o quadro de indigência e de miséria absoluta teve um declínio, alargando a base da pirâmide, da década de 80 para 90, mas, considerando-se os percentuais dessa pesquisa, de 1983, hoje, podem ser feitas algumas estimativas, em nível de Londrina. *O censo de 1991* acusou 107.978 domicílios ocupados, com uma média de 3,86 pessoas por domicílio na área urbana. Aplicando-se o percentual da pesquisa de 1983, que apresentou 10,37% de domicílios com

rendimentos até 1 salário mínimo, seriam 11.197 em 1991, e, considerando que o IBGE avalia o rendimento familiar *percapita* de até ¼ de salário mínimo como o nível de pobreza absoluta, pode-se inferir que, tendo em Londrina 3.693 domicílios, os seus moradores, numa estimativa aproximada de 14.255 pessoas, estariam abaixo da “**linha de pobreza absoluta**”.

Nessa pesquisa sobre a Mão-de-Obra, havia 7.500 pessoas residindo em habitações precárias (favelas), e, hoje, dez anos depois, a população

favelada é de aproximadamente 20.000 pessoas, representando mais de 140,00% de crescimento.

A tabela a seguir, indica a distribuição aproximada do número de famílias distribuídas em favelas de Londrina.

Em suma, apresentadas essas questões gerais, qualquer cidadão verá que a situação sócio-econômica do londrinense é preocupante, não diferindo das periferias urbanas das áreas metropolitanas brasileiras, pois apenas 22,82% da população londrinense percebe acima de 3 salários mínimos.

**Tabela 2** – Áreas de pobreza da cidade de Londrina – levantamento realizado em 15.04.93

| FAVELAS   | Nº DE FAMÍLIAS   |
|---|------------------|
| <b>A- URBANIZADAS</b>                             | 968              |
| 1 Novo Perobal                                    | 246              |
| 2 Franciscato I                                   | 202              |
| 3 Franciscato II                                  | 94               |
| 4 Sérgio Antonio (atrás da Anderson Clayton)      | 24               |
| 5 Nova Conquista (ex-OK)                          | 151              |
| 6 Nossa Sra. da Paz (ex-Caixa Econômica)          | 251              |
| <b>B- EM PROCESSO DE URBANIZAÇÃO</b>              | 516              |
| 1 Santa Mônica                                    | : Estas Estão 19 |
| 2 Rosa Branca I                                   | : entre os 127   |
| 3 Rosa Branca II                                  | : Jd. Ideal 18   |
| 4 Santa Inês                                      | : Maraba 44      |
| 5 Vila Rica                                       | : Interlagos 150 |
| 6 Marísia   | 158              |
| <b>C- NÃO URBANIZADAS</b>                         | 377              |
| 1 Zirconio (Ideal)                                | 22               |
| 2 Colosso (N. Sra. da Paz)                        | 68               |
| 3 Paulista (Jd. Paulista e V. Recreio)            | 28               |
| 4 N. Ricardo (perto do Sérgio Antonio)            | 18               |
| 5 Alto da Boa Vista                               | 56               |
| 6 Paraízo (ao lado da Via Ferrea)                 | 26               |
| 7 Pacaembu (ao lado do M. Gavetti)                | 15               |
| 8 Quati (cam. do autódromo na 10 de Dez.)         | 22               |
| 9 Cativa  | 25               |
| 10 Núcleo Cristal                                 | 7                |
| 11 Núcleo Portal de Versailles (próx. do Tóquio)  | 7                |
| 12 Núcleo Cilo III                                | 19               |
| 13 Núcleo Lixão                                   | 12               |
| 14 Núcleo centro Comunitário e Fábrica de Sabão   | 7                |
| 15 Núcleo V. Ricardo                              | 15               |
| 16 Núcleo Italiano                                | 16               |
| 17 Núcleo Sta. Mônica                             | 9                |
| 18 Núcleo Taliano                                 | 5                |
| <b>D- ASSENTAMENTOS</b>                           | 2691             |
| 1 União da Vitória                                | 1800             |
| Obs.: da metade de 92 para cá, houve 300 invasões |                  |
| 2 Santa Fé (Marabá)                               | 356              |
| 3 Novo Amparo                                     | 380              |
| 4 Conjunto José Belinatti (perto do Paulista)     | 155              |
| <b>TOTAL DE FAMÍLIAS</b>                          | <b>4552</b>      |

FONTE: COHAB/Secretaria de Ação Social-PML

Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais, do Centro de Ciências Exatas, da Universidade de Londrina e Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre "O Mapa da fome de Londrina".

Univ. Est. de Londrina, Prefeitura Municipal e Arquidiocese de Londrina.

## 1.1. Algumas considerações sobre a conceituação de “pobreza”

O problema da fome parece acompanhar o próprio surgimento da sociedade humana. A persistência dessa problemática durante longos séculos demonstra a sua complexidade, pois, no limiar do século XXI, ainda se convive com a violência social expressa na morte de milhões de seres humanos, que foram privados do ato de comer. Parece inútil discutir se a origem da fome é natural, econômica ou sócio-política, pois, de antemão, já se sabe que todos esses fatores se interdependem, formando uma trama, cuja expressão mais trágica é a fome que assola diferentes partes do mundo. Claro está que não se pode entendê-la como “fenômeno natural”, pois o homem já dispõe de meios técnicos e científicos suficientemente eficazes para solucionar esse problema. A questão da fome é como uma decorrência de causas variadas e complexas.

As discussões científicas sobre a fome são recentes. Segundo Brun (1985), no fim do século passado, o cientista Cornélius Walford apresentou à sociedade de Londres “... dois importantes comunicados sobre a fome no mundo, nos quais analisava as causas de mais de 350 surtos de fome que haviam flagelado os povos ao longo dos séculos. Ele classificava como ‘**causas naturais**’ as secas, as inundações, o gelo, os tremores de terra, o tifo, os ataques de predadores (como as pragas de gafanhoto e os ratos), as infestações parasitárias, como a que destruiu as colheitas de batatas na Irlanda em 1845-1847 e as causas sociais: guerras, baixa produtividade agrícola, a ausência de vias de comunicação, perturbação do comércio, especulação, desvio de cereais do consumo direto para uso em cervejaria”<sup>6</sup>.

A fome dita “**natural**” que afeta hoje em dia as populações pobres do Terceiro Mundo, em particular as populações camponesas, mostra-se, como dizia Walford, consequência da interação de três fatores: um acidente climático e cataclisma, o desgaste de um sistema de produção e de comércio tradicional de baixa produtividade e a impossibilidade de socorrer rapidamente com alinhamentos as populações famintas, seja por razões políticas, seja pela insuficiência na infraestrutura de comunicação e transporte.

A existência de conhecimentos técnicos e científicos que permitem dar fim à fome no

mundo vem mostrar que as verdadeiras causas da fome não se resumem aos aspectos apontados por Walford.

Dimensionar a qualidade e o grau da “fome” de uma determinada população, em verdade, é avaliar as condições de carência alimentar que definem essa população como faminta.

Em publicação da Fundação Getúlio Vargas<sup>7</sup> afirma-se que “... a *desnutrição é, sem dúvida, um dos melhores indicadores das precárias condições de vida, porquanto uma alimentação inadequada e insuficiente, tanto em quantidade quanto em qualidade pode afetar profundamente o desenvolvimento físico e mental dos seres humanos nos primeiros anos de vida, e, conseqüentemente, sua capacidade de aprendizado. Por outro lado, carências nutricionais diminuem, de modo bastante significativo, a resistência do indivíduo às moléstias, além de reduzir sensivelmente sua produtividade no trabalho*”. Tal perspectiva considera que indicadores como condições de moradia, nível de renda, acesso à educação formal e atendimento médico estão relacionados com o problema da fome.

Remete-se então a análise para a conceituação de pobreza. Por uns, definido como “**penúria de bens econômicos**” ou uma condição de vida associada a uma renda insuficiente para manter ao menos um grau mínimo de saúde e decência<sup>8</sup>.

Ou ainda como Bastos Ávila (1981)<sup>9</sup>:

*“Pobreza – um estado habitual de privação de bens supérfluos, carência de bens necessários à condição social e restrita suficiência de bens necessários à subsistência;*

*A indigência – um estado habitual de privação de bens supérfluos e dos bens necessários à condição social e insuficiência dos bens necessários à condição social e insuficiência dos bens necessários à vida”;*

*E, por fim, a miséria – um estado habitual de carência, tanto dos bens supérfluos e necessários à condição social, quanto dos bens necessários à vida”.*

Diretamente, Monteiro (1992)<sup>10</sup> encaminha a questão colocando a dificuldade de se ter um parâmetro único de definição de pobreza. Normalmente, “(...) *mensurar a pobreza absoluta a partir da renda familiar, adota-se determinado nível de renda (poverty line) como o limite abaixo do qual as necessidades básicas dos indivíduos presumivelmente não estariam sendo atendidas*”.

*Mas se ignoraria eventuais imprecisões nas informações sobre renda, diferenças nos custos regionais da cesta básica e no acesso a serviços públicos. Tais limitações são igualmente apontados por Maria V.L. Nogueira (1992) pág 11, ao apontar o “caráter reducionista/economicista” da maioria das concepções*<sup>11</sup>.

Em verdade, mais que deficiência teórica, a condição humana deixou de ser mensurada a partir de um único índice, quando novas “necessidades básicas” se impuseram, quando do surgimento das lutas das minorias étnicas e sexuais, dos trabalhadores, presos políticos ou estudantes, isto é, a luta pelos direitos humanos. Em nosso século viu-se a proliferação de exigências novas para garantir as condições de existência<sup>12</sup>.

A criação de inúmeros órgãos públicos e legislação a respeito nos estados americanos demonstram essa ligação entre a eclosão das lutas sociais e a multiplicação de atenção dispensadas às “necessidades básicas”<sup>13</sup>. A “Declaração dos Direitos do Homem” da ONU vem consumir essa alteração nas avaliações da pobreza.

*“Art. XXV:*

*1. Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”*<sup>14</sup>.

*A evolução dos estudos sobre condições de saúde da Organização Panamericana de Saúde compõem-se da busca de novas perspectivas de avaliação em 1961, a Carta de Punta del Este definia que “... para avaliar o grau de desenvolvimento relativo se levará em conta não só... o nível médio de ingresso real ou de produto bruto por habitante, mas também os índices de mortalidade infantil e de analfabetismo e o número de calorias diárias por habitante”*<sup>15</sup>.

Já em 1990, num documento da XXIII Conferência Sanitária Panamericana, o desenvolvimento passa a ser medido pela redução das desigualdades e a atenção às necessidades humanas essenciais, dentre elas, a saúde e a luta contra a pobreza extrema.

Apesar da imprecisão dos termos usados, fica claro como toda análise das condições de vida, e

por consequência uma definição de pobreza, deve levar em consideração atualmente os indicadores aceitos (e incluir os que venham a ser aceitos) como garantias sociais das condições de vida, os quais são até então: trabalho e renda (Art. XXIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem); educação (Art. XXVI); saúde e bem estar (acesso a serviços públicos); alimentação e habitação, considerando os diferentes padrões de consumo (Art. XXV da Declaração).

Não por acaso, é nesse sentido que caminham alguns dos últimos estudos sobre pobreza produzidos no país<sup>16</sup>. Igualmente, num dos últimos documentos produzidos pelas Nações Unidas, o “Projeto Regional para a Superação da Pobreza na América Latina”, afirma que “... *as raízes da pobreza nas casas e nas pessoas são expressas através das insuficiências das fontes de bem estar, garantidas por: oportunidades de trabalho e renda, direito de acesso a serviços gratuitos, ativos de consumo básico e satisfação de necessidade no campo da saúde e educação*”<sup>17</sup>.

Em suma, a conceituação de pobreza que se define considera pelo menos os cinco indicadores citados acima – e como bem aponta o estudo do SEADE, cada um deles equivalentes a “**linhas de pobreza específicas**” para caracterizar as condições de vida da pobreza estudada – em suas variações de graus de carência (absoluta e relativa)<sup>18</sup>.

Para efeito de delimitação inicial do universo de pesquisa, toma-se alguns desses indicadores conforme os seguintes parâmetros<sup>19</sup>:

Renda: US\$ 75 (1,3 salário mínimo) para garantir a aquisição de uma cesta básica de alimentos por família ao mês;

alimentação: 2.800 calorias como consumo mínimo, por pessoa ao dia<sup>20</sup>.

Tais parâmetros serão reavaliados no decorrer da pesquisa, adequando-se às condições específicas de Londrina. Pode ser o caso, por exemplo, dos padrões de consumo alimentar e o custo de aquisição de uma cesta básica de igual quantidade calórica. Com respeito ao indicador de carência alimentar, cabe inclusive mais algumas considerações.

Segundo publicação da Fundação Getúlio Vargas “... *em nosso país, o panorama alimentar não se acha constrangido por obstáculos irremovíveis, tais como a falta de terras agricultáveis ou uma incapacidade de gerar recursos para a compra de gêneros alimentícios,*

caso surgisse a necessidade de importá-los para suprir uma escassez momentânea. A despeito do apreciável volume da nossa produção agrícola, a insuficiência alimentar se concretiza nos **“bolsões de pobreza”** localizado nas concentrações urbanas periféricas das metrópoles e em determinadas áreas mais pobres do país”<sup>21</sup>.

A fome, propriamente dita, implica em altas taxas de mortalidade infantil, deficiência de desenvolvimento mental e cerebral, além de morbidade. A subnutrição reduz a capacidade física, a força de trabalho e a oportunidade de empregos, já demonstrados em vários trabalhos de pesquisadores, Institutos de Pesquisa, etc.

Segundo inquérito, ENDEF, constatou-se que o principal problema alimentar no Brasil podia ser caracterizado como eminentemente quantitativo. Uma importante parcela de população se alimentava, acima de tudo, pouco, e secundariamente mal. A desnutrição protéica existe, é grave, mas afeta contingentes proporcionalmente menores da população total e, com exceção das famílias mais pobres, sua incidência é muito inferior à da desnutrição calórica<sup>22</sup>.

Bolsões de pobreza, particularmente desvinculados de centros urbanos com maior envolvimento de instituições assistenciais, creches e recebendo merenda escolar, sofrem com maior impacto a falta de distribuição adequada de renda e conseqüentemente, de alimentos.

De modo geral, o problema da fome mostra-se resultante de um grau de pobreza que impossibilita o acesso às garantias necessárias à manutenção da vida. Há algum tempo a preocupação constante pelo gerenciamento da população, tanto a atenção aos problemas de carência, quanto à instituição de *direitos* do homem garantidos pelo Estado, passaram a ocupar o centro da ação política moderna, compondo esta estratégia que Michel Foucault chamou de “governamentabilidade”<sup>23</sup>.

## 1.2. Objetivos

### Objetivos Gerais

O objetivo geral deste primeiro Relatório Preliminar foi identificar *“as áreas de pobreza do Município de Londrina”*, tanto localizadas na cidade como na área rural.

No documento inicial – Termo de Referência – o objetivo geral assinalado era:

Diagnosticar as condições sócio-econômicas e a distribuição espacial da população indigente do Município de Londrina.

Quanto a este objetivo, neste primeiro relatório, as condições sócio-econômicas foram levantadas apenas em nível de reconhecimento, deixando para a segunda etapa a pesquisa quantitativa e qualitativa mais aprofundada.

Neste primeiro relatório, são apresentados os **“bolsões de pobreza”** onde estaria concentrada a população carente das áreas urbanas e rurais do Município de Londrina.

### Objetivos Específicos

Para a segunda etapa, estão previstos estudos aprofundados sobre a pobreza urbana e rural de Londrina, assinalando-se como principais objetivos específicos, os seguintes:

1. Estudar a procedência, a constituição familiar, grau de instrução formal e informal da população pobre do Município;
2. Levantar a situação locacional, instalação e disponibilidade de serviços básicos e equipamentos de consumo coletivo dessa população.
3. Verificar as condições de moradia, e as formas de ocupação do espaço domiciliar;
4. Estudar as condições de saúde familiar;
5. Identificar as condições de trabalho e de renda familiar dos envolvidos;
6. Avaliar as condições alimentares e nutricionais dessa população;
7. Estudar as estratégias de sobrevivência familiar da população “pobre” de Londrina;
8. Levantar as alternativas propostas pela população envolvida na pesquisa quanto às soluções para a melhoria das condições de vida.

## 1.3. Metodologia da pesquisa

A equipe de trabalho composta por técnicos, profissionais liberais e professores da Universidade Estadual de Londrina, tendo em vista a necessidade urgente de levantar alguns dados que subsidiassem a localização de áreas que poderiam ser reconhecidas como “áreas de

pobreza” em Londrina, decidiu realizar inicialmente, um reconhecimento de campo denominado “rastreamento”. Este primeiro rastreamento possibilitaria a indicação de alguns “bolsões de pobreza” em Londrina.

A equipe foi subdividida em 8 grupos de trabalho, constituídos conforme especificação abaixo:

1º. grupo: responsável pelo rastreamento da área *Central* da Cidade de Londrina;

2º. grupo: responsável pelo rastreamento da área *Norte* da cidade;

3º. grupo: responsável pelo rastreamento da área *Leste* da cidade;

4º. grupo: responsável pelo rastreamento da área *Sul* da cidade;

5º. grupo: responsável pelo rastreamento da área *Oeste* da cidade;

6º. grupo: responsável pelo rastreamento dos *Distritos e Patrimônios* da cidade;

7º. grupo: responsável pelo rastreamento dos “*pontos de pernoite*” da área urbana de Londrina (fixos ou temporários);

8º. grupo: responsável pelo mapeamento dos dados levantados.

Esse rastreamento geral abrangeu cerca de cinco semanas, incluindo a compilação de dados secundários já existentes nas bibliotecas públicas e particulares de Londrina;

Dessa primeira fase de levantamento geral, cada equipe elaborou um relatório das observações de campo, bem como da compilação de dados sobre a indicação direta ou indireta que levassem ao primeiro levantamento geral dos “bolsões de pobreza” de Londrina.

O conteúdo dos relatórios foi discutido em reuniões semanais com as diversas equipes interdisciplinares, possibilitando trocas de experiências, ressaltando a importância e a riqueza das discussões, viabilizando complementação de conteúdo e de novas metodologias.

Além destes grupos de trabalho de rastreamento de campo, desde o início dos trabalhos havia uma equipe que vinha trabalhando com os aspectos teóricos ligados à noção de “pobreza”. Neste particular, foram feitos levantamentos bibliográficos nas bibliotecas das Universidades de São Paulo e Campinas, além das existentes em Londrina.

Os relatórios parciais possibilitaram o mapeamento dos possíveis “bolsões de pobreza”, como também a indicação de instituições,

entidades, grupos filantrópicos ou voluntários que vêm trabalhando de forma direta ou indireta com a população mais carente de Londrina.

Os resultados aqui apresentados são apenas um primeiro rastreamento de indicações de áreas geográficas de pobreza, havendo necessidade de um levantamento posterior qualitativo, que especifique os vários tipos e graus de pobreza urbana e rural, incluindo as condições sanitárias, nutricionais, de saúde e sócio-econômicas dessa população.

## 2. RESULTADO DO RASTREAMENTO DE CAMPO

O primeiro rastreamento de campo feito pelas equipes resultou na localização de pontos específicos da pobreza, tanto nas áreas urbanas como rurais. Nas áreas urbanas, foram localizados alguns “pontos de pernoite”, fixos ou temporários, em que se constatou carência alimentar e de assistência à saúde, entre outras. Quanto às localizações da pobreza rural, percebe-se nitidamente uma difusão espacial da população, maior do que na área urbana, onde a localização da pobreza é mais concentrada.

Com o rastreamento, foi possível determinar alguns “bolsões” específicos de pobreza, principalmente na área urbana.

Deve-se registrar que nesses bolsões foram localizadas famílias e pessoas, tanto adultos como crianças, em extremo estado de desnutrição, apresentando precária saúde, assim como, famílias que, à primeira vista, encontravam-se em condições de pobreza absoluta.

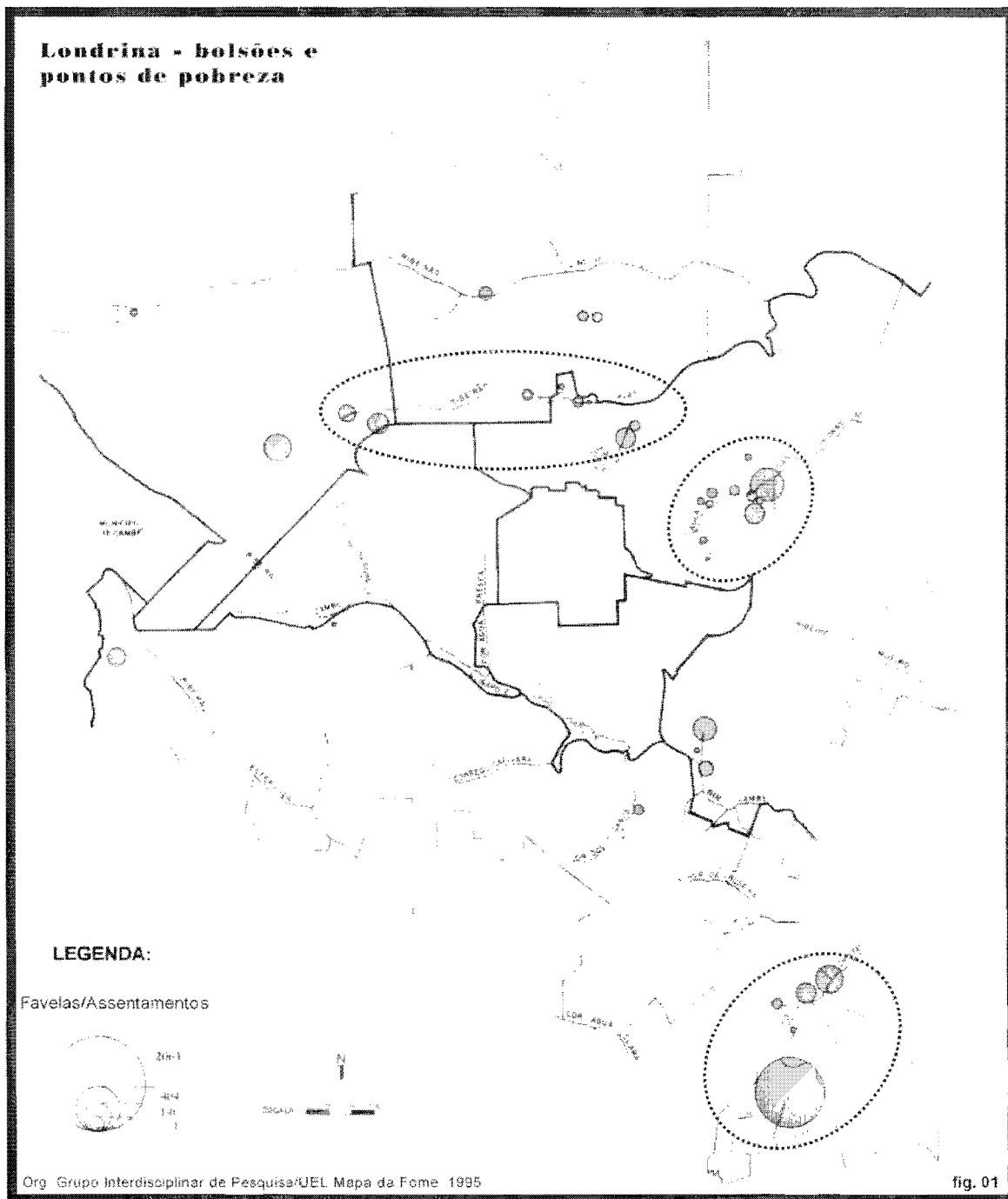
Uma melhor avaliação destas situações só poderá ser feita após uma pesquisa efetiva no campo – 2ª etapa deste Projeto –, o que também possibilitará a apresentação de dados qualitativos e quantitativos, em um contexto amplo, no processo de crescimento capitalista, em uma região de recente incorporação econômica ao macro pólo paulista, Paraná/Londrina.

### 2.1. Localização dos “Bolsões de Pobreza/Indigência”

O mapeamento sobre os “Bolsões de Pobreza” indica claramente alguns “bolsões” (esta expressão foi utilizada para indicar um

aglomerado de pessoas identificadas como de baixa renda e carentes, com respeito a alguns indicadores de pobreza) específicos de grande concentração populacional, como também uma difusão espacial dos pontos de pobreza de Londrina. (Figura 1)

O maior “bolsão” – que será denominado de “bolsão A” – localizado no setor Sul-sudeste da cidade no contato entre a área urbana e rural da cidade, é constituído de seis núcleos de população carente, denominados de:





- Franciscato I
- Franciscato II
- Novo Perobal
- Núcleo Cristal
- Núcleo Jardim Itapoã
- União da Vitória I, II, III, IV

Nesse “bolsão” residem cerca de 9.300 pessoas; trata-se de um “bolsão” de assentamento recente, iniciado na década de 80, mas o maior núcleo desse “bolsão”, denominado de União da Vitória, começou a ser povoado de forma mais intensa no início desta década de 90.

O núcleo União da Vitória é o maior assentamento populacional de Londrina, podendo ser considerado como um núcleo bem carente, aglutinando indigentes com vários tipos de carência (alimentar, educacional, sanitária, renda, etc.). Nesse núcleo residem mais de 8.000 pessoas, com um dos maiores índices de desemprego de Londrina. Segundo informações de Associações de Moradores da Região, o índice de desemprego atinge mais de 50% dos chefes de família.

Devido ao grande número de crianças na composição familiar, foram observadas carências na instalação de creches, escolas, postos de saúde, como também, ausência de um centro comunitário. Além dessas observações, podem ser citadas as de natureza mais complexa, como a desnutrição aguda e baixo índice de higiene. Estes aspectos ainda merecem estudos específicos e aprofundados.

O segundo maior “bolsão denominado de “bolsão B”, localiza-se às margens do Ribeirão Quati, no setor Norte da cidade, nas proximidades da BR-369, que faz ligações com São Paulo e interior do Norte do Paraná, na direção Oeste de Londrina. Estão aí instalados nove núcleos populacionais bem carentes. Os núcleos mais antigos são a ex-favela da Caixa Econômica, atualmente denominada Conjunto Nossa Sra. da Paz. Já saneada em parte, residindo cerca de 251 famílias e, a favela Marisia com aproximadamente 700 pessoas. Estes dois núcleos situam-se entre os mais antigos de Londrina. Nesse “bolsão” residem aproximadamente 3.700 pessoas.

O “Bolsão C”. localiza-se no Setor Leste da cidade, numa região de antiga ocupação, aglutinando-se aí 3.000 pessoas.

Nos 3 Bolsões de Pobreza e nos outros pontos localizados no mapa, como “área de pobreza

urbana”, localizam-se cerca de 20.000 pessoas, das quais, cerca de 14.300 pessoas em estado de indigência.

### 2.1.1. Alguns “Pontos de Indigência”

Além dos “Bolsões” e alguns pontos isolados, considerados como “**áreas de pobreza urbana**”, foi feito um rastreamento durante a noite e algumas madrugadas, na tentativa de identificar os pontos de pernoite da população “*sem teto*”.

No mapa das áreas de pobreza de Londrina, estão localizados os pontos de pernoite; alguns são temporários, mas a maioria desses pontos já são “quase permanentes”, pois há famílias ou pessoas desagregadas da família, tanto adultos como crianças que fazem de alguns pontos públicos como as calçadas, praças, construções abandonadas ou áreas próximas aos banheiros públicos, o seu local de morada.

Durante cerca de 30 dias, foram cadastradas aproximadamente 70 pessoas, nesses “pontos de pernoite”. Algumas famílias dessa população, em passado recente, já conseguiram pagar aluguel na cidade de Londrina, residindo na Vila Nova, Vila Casoni ou em alguma área periférica da cidade, segundo depoimentos coletados; outras procedem de áreas rurais próximas ou distantes de Londrina.

Foram encontrados alguns profissionais como encanadores, carregadores profissionais, pedreiros, serventes, ex-empregadas domésticas com carteira assinada, papeleiros, ajudantes de serviços gerais nas feiras da cidade, ex-trabalhadores na cafeicultura, ex-vendedores com carteira registrada, ex-trabalhadores das transportadoras locais, com carteira assinada, ex-trabalhadores em empresas de construção, como na “Tend-Tudo”, ex-trabalhadores em chácaras da cidade, etc. Em termos de instrução, foi localizado um menino que estudou até a oitava série, sendo este o de maior grau, mas geralmente o curso primário não tinha sido completado, pela maioria dessa população.

Algumas entidades de caráter filantrópico e religioso distribuem sopas em determinados locais, geralmente uma vez por semana. O estado de conformismo, de desespero, indignação e tristeza, foram os sentimentos expressados nos depoimentos.

A Casa do Bom Samaritano e o Albergue acolhem cerca de 150 pessoas, em dias críticos,

geralmente nos dias mais frios, porém, são pernoites temporários.

As ruas, avenidas, praças públicas servem também como os primeiros locais de morada da população que tem procurado Londrina como uma esperança para encontrar trabalho, morada e condição de dar educação para seus filhos.

Um dos depoimentos contundentes, foi o de uma senhora que reside com a família sob uma marquise de um edifício público, que disse: *“nunca vi tanta miséria e fome, como tenho visto ultimamente em Londrina...”*; *“é gente pedindo até água para beber, porque não tem mais forças e nem coragem para andar e pedir um pedaço de pão”*.

## 2.2. Pobreza Rural

### 2.2.1. A pobreza rural

Nos últimos anos tem-se observado que o agravamento do problema da fome como problemática social possui uma relação direta com os processos de deslocamento e concentração populacional, processos esses que dizem respeito à migração rural-urbana.

Segundo Sampaio e Ferreira (1977: 22), a migração rural-urbana apresenta várias origens:

- 1- Migrações de população com renda ascendente em busca de melhores condições de vida (educação, saúde, lazer, etc.);
- 2- Migrações de população que sofreu adversidades inesperadas (seca, cheia, morte) sendo atraída pela industrialização nas cidades;
- 3- Migrações do excesso de população (crescimento) provocado por restrição em um dos fatores de produção (terra, ou capital) e/ou por restrição ao aumento de produção agrícola.

Destas origens, podemos destacar que no caso Norte Paranaense, constatamos que as migrações populacionais rural-urbanas apresentam fatores determinados pela apropriação concentrada da terra e de capitais.

Esta concentração de terra e capitais possui uma relação direta com o que ocorre a partir dos anos 60, processo esse que se convencionou chamar de Modernização da Agricultura.

O Paraná, de maneira geral, apresentou um afluxo populacional até a década de 60 sendo a área rural do Norte do estado a que atraiu a maior parte dessa população.

A partir desta década, com o esgotamento da fronteira agrícola e a desestruturação rural causada pelo início do processo de modernização, o ritmo deste fluxo perde seu impulso e passa a ocorrer em sentido contrário: ou seja, a cidade passa a atrair elevados contingentes de trabalhadores rurais, que são dispensados das propriedades com a entrada da modernização no campo e a vigência de leis voltadas ao amparo e proteção social do trabalhador rural.

Nesse período, há uma mudança profunda do quadro agrário regional, determinada basicamente pelas transformações ocorridas na estrutura fundiária e pela incorporação tecnológica no campo.

Entre as transformações que tiveram um reflexo direto na região de Londrina destacam-se:

- 1º – A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, transformando a estrutura das relações de trabalho e dispensando milhares de trabalhadores rurais das propriedades às quais estavam vinculados;
- 2º – A erradicação da cultura cafeeira, que era absorvedora de mão-de-obra;
- 3º – Introdução de tecnologias modernas na produção (máquinas e insumos modernos);
- 4º – O aumento da pecuarização e área de pastagem;
- 5º – A especulação de Terras;
- 6º – Introdução da cultura de soja, que alcança preços no mercado internacional, em detrimento de outras destinadas ao mercado interno e à sobrevivência.

A soma desses fatores ocasionou o êxodo rural intenso e o aparecimento do trabalhador temporário na agricultura, que, segundo Nakagawara (1986 : 115) se explica pela “acelerada evasão demográfica, principalmente da área rural para os centros urbanos, que não encontrando o necessário apoio para a sobrevivência dos migrantes, através do emprego formal”; muitos se transformam em bóias-frias. Esses trabalhadores, também conhecidos como “volantes”, passam a habitar a periferia das grandes cidades, mas muitos permaneceram no meio rural, junto aos distritos e patrimônios, existentes em número significativo neste município.

As características desse trabalhador volante já são bem conhecidas: trata-se em sua maioria de trabalhadores que não possuem nem qualificação profissional, nem documentação

legal, uma grande parte analfabeta e outros poucos com baixo grau de instrução, sujeitam-se a condições precárias de trabalho, transporte e salário. A diária desse trabalhador girava em torno de Cr\$ 150,00 cruzeiros reais, quantia esta que, ao final do mês não soma um salário mínimo. Considerando ainda que isso não acontece em virtude de inúmeros fatores, como a pouca oferta de trabalho, a sazonalidade agrícola (as intempéries) e os acidentes de trabalho. Sendo assim, esse trabalhador e sua família passam a engrossar o contingente de miseráveis que povoam as áreas rurais, que plantam os alimentos sem ter direito a eles, constituindo-se nos famintos da zona rural.

### 2.2.2. A situação dos distritos de Londrina

O Município de Londrina conta com oito distritos rurais: Tamarana, Lerrovile, Warta, Irerê, Paiquerê, Maravilha, São Luiz e Guaravera, mais o Distrito Sede.

O Distrito de Warta é o menor deles, ocupando uma área de 27.730 km<sup>2</sup> e Tamarana é o maior, ocupando uma área de 466.103 km<sup>2</sup>. Tamarana compreende os seguintes Patrimônios povoados: Apucarantina, e Bairro do Rio Preto.

Irerê conta com os Patrimônios de Taquaruma e Serrinha, Paiquerê com Guairacá e Bairro dos Nogueiras, Guaravera, com Barro Preto. Maravilha, com Gaviãozinho. O Distrito Sede, com os Patrimônios de Três Bocas, Limoeiro de Baixo, Limoeiro de Cima, Venda dos Pretos, Heimital, Espírito Santo, Regina, Campo da Aviação Velha e Selva.

No CENSO de 1991, a população rural de Londrina totalizava 23.397 pessoas. Observou-se um constante decréscimo da população rural, nas décadas consideradas de 1950 a 90.

### 2.2.3. Estrutura fundiária do município de Londrina

Em Londrina, a estrutura fundiária dos últimos vinte anos caracteriza-se pelo elevado grau de concentração de terra, com expropriação do homem do campo e crescente número de bóias-frias, estes, vivendo em condições de pobreza, presentes em todos os distritos e patrimônios.

Em 1985, 66,58% da área agrícola do município era ocupada por apenas 8,07% dos estabelecimentos rurais, todos com módulos

superiores a 100 ha. As propriedades com módulos inferiores a 100 ha. correspondiam a 91,93% dos estabelecimentos, mas ocupavam somente 33,42% da área total. (Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985-IBGE).

Segundo a Emater, em 1985, o módulo de 0 – 100 ha., mesmo com 1/3 da área agrícola do município, representava 61% das lavouras permanentes, 53% das lavouras temporárias, 72% do pessoal ocupado no setor, 64% dos tratores, 22% do plantel bovino, 81% do rebanho suíno e 95% do número de cabeças de aves.

Tal fato se deu possivelmente em função do aumento das áreas de culturas com a sucessão soja/trigo, tornando bastante difícil a manutenção da maioria das pequenas propriedades, pois, tais culturas exigem investimentos significativos em insumos e maquinários para que se possa obter índices de produtividade satisfatórios. A manutenção das pequenas propriedades torna-se viável para aqueles que buscam a diversificação com base em um planejamento racional para o processo produtivo.

Os dados obtidos através do primeiro contacto com os distritos rurais, revelam que 87% dos bóias-frias da zona rural vivem na zona Sul do Município de Londrina, nos distritos de Paiquerê, Irerê, Guaravera, Lerrovile, Tamarana. Outros 13% encontram-se dispersos nos distritos rurais de São Luiz, Maravilha e Warta, sendo que este último se destaca por possuir o maior número de bóias-frias. Ressalta-se ainda que existem outros milhares de bóias-frias vivendo na periferia da zona urbana e arredores do distrito Sede.

No rastreamento dos distritos, foi observado que em alguns, como Tamarana e Guaravera há agrupamentos de famílias de bóias-frias, vivendo em habitações e condições de saneamento precárias; em outros, encontram-se dispersos na sede do distrito. Constatou-se também alguns assentamentos rurais nos distritos de Tamarana e Lerrovile (Pó-de-Serra, Pari-Paro, Colônia Penal, Serraria e Parque das Indústrias) somando um total de aproximadamente 65 famílias.

No distrito de Tamarana existe ainda a reserva Indígena de Apucarantina dos índios Kaingang; situada a cerca de 65 quilômetros da Sede do Município, vivem 110 famílias, um total aproximado de 520 pessoas. Suas habitações, no geral, são casas de madeira construídas pela FUNAI, que presta atendimento através de um posto localizado próximo à Cachoeira (Salto do

Apucarantina). Percebe-se que a reprodução e a vida dos índios está comprometida, na medida em que existe uma baixa oferta de trabalho local e regional, tanto interna quanto externamente.

O número total aproximado de pessoas carentes na zona rural de Londrina, estimado em aproximadamente 4.500 pessoas, pode ser referenciado a partir dos seguintes dados/ fontes:

- 1º – Considerando os dados obtidos e cruzados junto as Subprefeituras dos distritos, os dados levantados pela SEPLAN, pela Secretaria de Ação Social, projetos de pesquisa e extensão da UEL;
- 2º – Considerando que a população carente da zona rural tem apresentado nos últimos 3 anos uma flutuação muito grande no que diz respeito à fixação de seu domicílio;
- 3º – Considerando que a média familiar da zona rural do Município, fornecida pelo IBGE é de 4,22 pessoas. Porém, em se tratando de famílias de bóias-frias, as pesquisas existentes e observações realizadas pela equipe constatou que esta média sobe aproximadamente 2 pessoas/família;
- 4º – Considerando que em cada domicílio (barraco), geralmente, é encontrada uma estrutura familiar muito diversa da que tradicionalmente conhecemos. Normalmente, moram pai, mãe e filhos, também avós, enteados, filhos de outros casamentos, primos, sobrinhos e netos, que convivem geralmente em moradias adicionais ao barraco original.

Vale destacar ainda que os dados acima descritos foram obtidos de fontes secundárias – IBGE (1991) e SEPLAN/PML (1991) – e de um levantamento preliminar da equipe que esteve nos distritos colhendo informações de lideranças locais (leigas e religiosas), sub-prefeituras e fazendo observações próprias. Os dados divergem segundo a fonte, talvez pelo enfoque da pesquisa (IBGE e SEPLAN, 1991), pela escassez de registros locais ou desconhecimento de sua própria realidade. Mostra-se premente a criação de uma estrutura de produção de informação, sempre constante e atualizada, que forneça subsídios para ações de planejamentos da administração local, criação de políticas de ação-social, dentre outras medidas que venham beneficiar a comunidade e que sirva também para avaliar o impacto destas medidas.

### 2.3. A questão da saúde nos “bolsões”

O sistema público de atenção à saúde, em Londrina, é estruturado em uma rede de 48 postos e centros de saúde, implantados principalmente em bairros periféricos e localidades rurais, que procuram atender as necessidades básicas de saúde da população, tais como: curativos, vacinação, acompanhamento pré-natal, puericultura, controle de doenças crônicas como hipertensão arterial, diabetes *mellitus*, além de consultas médicas, em pediatria, ginecologia-obstetrícia e clínica médica, realização de exames complementares de laboratório e radiológicos, atendimento odontológico a crianças de 0 – 14 anos e dispersão gratuita de medicamentos básicos.

Essa rede básica de saúde é complementada por três hospitais gerais, de porte médio, localizados na Zona Norte, na Zona Sul e em Tamarana, uma maternidade municipal, e pelo Centro Regional de Especialidades, além dos grandes hospitais, de maior complexibilidade, principalmente o Hospital Universitário, e também o Hospital Evangélico e a Santa Casa de Londrina, através de convênio com o SUS.

A rede básica de saúde produziu no primeiro semestre de 1993, 225.983 consultas médicas e realizou 1.938.723 atendimentos básicos de saúde (atendimento de enfermagem, curativos, vacinação, dispensação de medicamentos, etc). Apesar desse número expressivo de atendimentos prestados, essa rede básica de saúde não atende a toda a demanda da população, que acaba sobrecarregando os Prontos Socorros dos grandes hospitais, com casos de baixa complexidade, que poderiam ser resolvidos em nível de rede básica de saúde.

Os grandes hospitais, além de servir de referência local, são referência regional para grande número de municípios – não só os da 17ª Regional de Saúde, aos quais compete o atendimento terciário de Londrina, mas também para grande número de outras cidades, inclusive de outros estados e até de outros países. (Tabela 3).

Esse sistema público de atenção à saúde é complementado por um bem estruturado sistema privado, de modo que se pode afirmar que a grande maioria da clientela do sistema público é composta pela classe média-baixa da população realmente carente.

Tabela 3 – Atendimento de pessoas no Sistema de Saúde de Londrina.

|              | LONDRINA     |             | ÁREA DA 17 <sup>a</sup><br>REGIONAL DE<br>SAÚDE |             | OUTRAS<br>CIDADES<br>DO PR |             | OUTROS<br>ESTADOS E<br>PAÍSES |            | TOTAL        |            |
|--------------|--------------|-------------|---|-------------|----------------------------|-------------|-------------------------------|------------|--------------|------------|
|              | N.           | %           | N.  | %           | N.                         | %           | N.                            | %          | N.           | %          |
| HUNPR        | 8142         | 74,7        | 1569  | 14,4        | 1140                       | 10,5        | 55                            | 0,5        | 10906        | 100        |
| ISCAL        | 9605         | 74,4        | 1913  | 14,8        | 1280                       | 9,9         | 114                           | 0,9        | 12912        | 100        |
| <b>TOTAL</b> | <b>17747</b> | <b>74,5</b> | <b>3482</b>                                     | <b>14,6</b> | <b>2420</b>                | <b>10,2</b> | <b>169</b>                    | <b>0,7</b> | <b>23818</b> | <b>100</b> |

Fonte: coleta “*in loco*”, pela equipe – 1993

A grande maioria dos bolsões de pobreza localiza-se na área de abrangência dos postos de saúde, de modo que o acesso é fácil, a pé. Somente o assentamento União da Vitória ainda não possui posto de saúde, apenas uma Unidade Volante se desloca 3 vezes por semana a este assentamento, prestando atendimento médico e de enfermagem no local. Mas a população também é atendida em três outros postos de saúde da Zona Sul (São Lourenço, Parque das Indústrias e Ouro Branco), além do Hospital da Zona Sul.

O atendimento à saúde dessa população carente torna-se extremamente difícil, devido às precárias condições de vida da mesma. Além de doenças carenciais principalmente anemias e desnutrição, observa-se grande incidência de doenças mentais, alcoolismo e doenças crônico-degenerativas. O controle dessas doenças esbarra na dificuldade de dietas especiais, do suprimento regular de medicamentos, etc.

As habitações não apresentam adequado esgotamento sanitário, o que leva à contaminação dos recursos hídricos próximos, amplamente utilizados para a lavagem de roupas e até para o abastecimento domiciliar. Uma dessas nascentes encontra-se atualmente em vigilância pela Fundação Nacional de Saúde, por apresentar moluscos infestados com *Shistosoma mansoni*, descobertos após a ocorrência de casos de esquistossomose aguda na população ribeirinha.

Observa-se, portanto, como a precariedade das condições de vida se reflete no estado de saúde da população, apesar do enorme esforço das intervenções médico-sanitárias que muito tem contribuído para a modificação do perfil de morbi-mortalidade em Londrina. No entanto, a prática de saúde é representada hoje, quase que exclusivamente, por aparelhos médico-

assistenciais disponíveis para a população. Pelo preceito constitucional de que “a saúde é um direito de todos e um dever do Estado”, muito pouco tem se podido avançar, na perspectiva mais ampla do conceito de saúde e doença, entendendo e praticando a saúde não apenas como assistência médica e muito mais como um instrumento da melhoria da qualidade de vida de toda a população, identificando os problemas prioritários e atacando-os com maior ênfase de maneira multiprofissional.

#### 2.4. Aspectos gerais referentes à infraestrutura social e urbana dos bolsões de pobreza

Um dos quadros dramáticos do “rastreamento” foi a constatação dos contrastes do espaço urbano de Londrina.

É uma cidade que se “orgulha” dos seus 400 mil habitantes, formando já uma área pré-metropolitana, com uma multiplicidade de funções de caráter regional, com externalidades que a posiciona como a terceira cidade mais importante da Região Sul. Entretanto, é uma grande cidade inorgânica, do ponto de vista de sua estrutura social e urbana, e com um alto custo de urbanização, pela desarticulação entre espaços vazios, áreas de grande concentração populacional e áreas de densidade rarefeita. Nesse conjunto, os equipamentos coletivos sociais não são suficientes para atender a população, tanto na área de saúde, da educação, como também na sua articulação funcional com outros equipamentos de uso comum.

A questão de saneamento é crucial, não só, mas principalmente nas “áreas de pobreza”. A falta de higiene e noções mínimas de bem estar

estão ausentes; a saúde dos adultos e das crianças é precaríssima, as condições de habitação evidenciam contrastes urbanos anti-éticos e anti-solidários, enquanto há até elevadores panorâmicos e piscinas nos edifícios da área central. Nas “áreas de pobreza”, onde a fome é o reflexo do processo de degeneração social e política de um país, os habitantes fazem suas necessidades primeiras juntos aos córregos, em cujas águas são também lavadas as suas roupas, usadas para consumo; águas que são fonte de contaminação de doenças já erradicadas nos países “mais evoluídos”.

A evolução da Rede Coletora de Esgoto da cidade, demonstra a precariedade e a inexistência de redes necessárias no saneamento básico da população. Os “bolsões” de pobreza localizam-se justamente onde o esgoto não é tratado, “é a céu aberto”, causando poluição e perigos à população.

Nas praças e locais públicos, onde os indigentes cozinham e esquentam a sua refeição, em latas “catadas”, a escura noite faz brilhar o fogo, acendendo um pouco de calor para os que foram “desgarrados” da sociedade. Sem que desejassem esse futuro-presente aos tristes olhos dos seus filhos, que se agacham e sentam na terra fria da escura noite, esperando a rala sopa do fim do dia.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento é um primeiro diagnóstico sobre as áreas de pobreza de Londrina, localizadas através do método de observação e múltiplas entrevistas realizadas, tanto nas áreas urbanas como rurais do município.

O ponto de partida foi a concepção de que em *áreas urbanas* com habitações precárias, com favelas, barracos provisórios em locais públicos, barrancos, estaria o maior contingente da pobreza urbana, como também em albergues, praças públicas, ruas e casas abandonadas. Nas *áreas rurais*, “locus” também de grande pobreza, as entrevistas realizadas e o cruzamento de dados, tanto primários como secundários, permitiu uma primeira aproximação quanto à localização das áreas de pobreza. O processo de identificação dessas áreas foi denominado de “rastreamento”, pois, não se trata ainda de uma pesquisa efetiva sobre a problemática da “Fome” em Londrina.

O “rastreamento” urbano e rural, deve ser considerado como uma primeira aproximação de dados sobre a identificação das áreas de pobreza, necessitando de uma pesquisa que complemente, aprofunde e caracterize melhor o problema, tarefas da segunda etapa do Grupo Interdisciplinar.

Na área urbana foram localizadas 34 “áreas de pobreza” e 10 “pontos de pernoite” na área central, totalizando aproximadamente 20.000 pessoas, das quais, cerca de 14.300 em estado de pobreza absoluta, representando cerca de 4% da população urbana da sede. As áreas de pobreza, quando próximas geograficamente, foram denominadas de “bolsões”. Três foram os grandes conjuntos que caracterizam os “bolsões”. O maior está localizado no extremo Sul/Sudeste da área urbana, com cerca de 9.300 pessoas. Trata-se de uma área de recente assentamento estimulado pela Prefeitura local. O segundo “bolsão” fica ao longo do Córrego Quati, próximo à Rodovia BR 369 – Av. Brasília, concentrando nessa região, cerca de 3.700 pessoas. O terceiro maior “bolsão” está localizado no setor Leste da Cidade, com cerca de 3.000 pessoas. É uma das áreas de antiga ocupação, estando aí uma das favelas mais precárias de Londrina, denominada de Favela Marisa, com mais de 30 anos de existência.

Na área rural, foram identificadas algumas áreas semelhantes às favelas urbanas, como em Guaravera e Tamarana. A população pobre da área rural totaliza cerca de 4.500 pessoas.

Esta experiência do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, participando de múltiplas atividades, formado em vários subgrupos, para os primeiros rastreamentos e elaboração do “mapa da fome” de Londrina, demonstrou um espírito de solidariedade em situações distintas e imprevisíveis, cuja colaboração foi fundamental na elaboração deste primeiro documento sobre a “pobreza” em Londrina.

### NOTAS

<sup>1</sup> Segundo o Documento nº 14 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA –, “*O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*”, mar./93, p. 5.

<sup>2</sup> As estatísticas Brasileiras não são muito precisas, pela falta de normatização e sistematização. E, dependendo da época, o desemprego e a fome

são maiores, pois, a sazonalidade agrícola influi nesse quadro.

<sup>3</sup> Em verdade, a simples afirmação de alta produção agrícola não parece suficiente para traduzir as reais condições de aproveitamento desta produção. A péssima situação nutricional de parte expressiva da população já denuncia isto. Por outro lado, dados oficiais informam que há perdas por desperdício de grãos, em nível nacional, de aproximadamente 30% da produção, provocadas em muitos casos por falta de adequação da infra-estrutura de armazenagem (folha de São Paulo), 2/junho/1993, p.2). No caso da região de Londrina, existem indícios de que em armazéns sob a responsabilidade do governo federal ou estadual ocorreria a deterioração de alimentos estocados. Questionar as condições em que se dá a produção e a distribuição de alimentos levam a um possível desdobramento da presente pesquisa em relação ao problema.

<sup>4</sup> Segundo Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, apud Gazeta Mercantil de 26/05/93, p. 5.

<sup>5</sup> NAKAGAWARA, Yoshiya – (Coord.) – *Mão-de-Obra em Londrina – a situação do emprego, desemprego e subemprego*. 2 v.

<sup>6</sup> In Brun (1985), Thierry A.. “Des famines climatiques aux famines économiques”. in: *Revue Tiers Monde*, t. XVI, n° 63, julho/set. 1985

<sup>7</sup> FGV/IBGE. *Diets de Custo Mínimo*. R.J., FGV/Div. de Estatística e Econometria, 1978, p.1.

<sup>8</sup> Dicionário de Ciências Sociais, R.J., FGV, 1986, pp. 906 e 907.

<sup>9</sup> AVILA, Fernando B.. Desafio da pobreza: debates sociais. R.J., *CBCISS*, v. 17, n° 33, 1981, pp. 6 e 7.

<sup>10</sup> MONTEIRO, Carlos A.. “O mapa da pobreza no Brasil”. in: *Cadernos de Nutrição*, s/n, SBAN, vol. 4, p. 1, 1992

<sup>11</sup> “Uma Representação conceitual da pobreza”. in: *Serviço Social e Sociedade*, s.n., n° 36, pp. 101-113, 1992

<sup>12</sup> Sobre os direitos humanos e suas implicações na avaliação da política moderna ver texto de Claude Lefort, “Direitos do homem e política”, in: *A invenção democrática*. S.P., Brasiliense, 1982

<sup>13</sup> Cf. *Direitos Humanos nos Estados Americanos*, Washington, D.C., União Panamericana, 1961

<sup>14</sup> In: PORTO, Walter C.. *Declaração de Direitos*. Brasília, Fund. Projeto Rondon, 1988, p. 5.

<sup>15</sup> Citado em Castelhanos, Pedro L.. *Sistemas nacionales de vigilancia de la situacion de salud segun condiciones de vida y del impacto de las acciones de salud y bienestar*. San Juan, Oficina Sanitária Panamericana, s/d, p. 6.

<sup>16</sup> Vide Baltear, Paulo Eduardo de A. (Coord.). *Situação da pobreza no Brasil: principais causas e alternativas de políticas corretivas*. Campinas, Inst. de Economia (UNICAMP), 1989, mimeo.; e SEADE. *Pobreza e Riqueza: pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo: uma amostragem multissetorial*. S.P., SEADE, 1992

<sup>17</sup> In: *Estudos Avançados*, v. 16, pp 157-158, out/dez 1992

<sup>18</sup> O IBGE indica o nível de rendimento familiar per capita de até ¼ salário mínimo para definir o nível de pobreza absoluta, e ½ salário mínimo para o de pobreza relativa. Cf. Saboia, Ana Lucia (Coord.). *Crianças & Adolescentes indicadores sociais*. R.J., IBGE, 1989, p. 19.

<sup>19</sup> Cf. Scott, Wolf. *Concepts and measurement of poverty*. Genebra, UNRISD, 1981. Sobre esse parâmetro ver também Pollit, E.. A pobreza infantil da América do Sul. Texas, C.C.S. da Universidade do Texas, 1980

<sup>20</sup> Sobre a complexidade de se estabelecer um valor estatístico de calorias para consumo mínimo ver Viacava, F.; De Figueiredo, C. M. P.; Oliveira, W. A.. *A desnutrição no Brasil*. Vozes, Petrópolis, R.J. 1993, e também Pryer, Jane; Crook Nigel. *Cities of hunger: urban malnutrition in developing countries*. Oxford, Oxfam, 1990

<sup>21</sup> FGV/IBGE, op. cit., p.1.

<sup>22</sup> Cf. Viacava, F.; de Figueiredo, op. cit., p. 151.

<sup>23</sup> In: *Microfísica do Poder – 5a. ed. – R.J., Graal*, 1985, pp. 277 a 293

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. 10ª ed. São Paulo : Brasiliense 1992

AVILA, Fernando B.. Desafio da pobreza. RJ *CBCISS Debates Sociais*. v. 17, n° 33, 1981

BALTEAR, Paulo Eduardo de A. (Coord.). *Situação da pobreza no Brasil: principais causas e alternativas de políticas corretivas*. Campinas, Inst. de Economia (UNICAMP), 1989, mimeo.

BRUN, Thierry A.. “Des famines climatiques aux famines économiques”. In: *Revue Tiers Monde*, t. XVI, n° 63, julho/set. 1985

CASTELHANOS, Pedro L.. *Sistemas nacionales de vigilancia de la situación de salud segun condiciones de vida y del impacto de las acciones de salud y bienestar*. San Juan, Oficina Sanitária Panamericana, s/d, p. 6.

CASTRO, Ana M. *Fome, um tema proibido*. Últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro : Petrópolis, 1984

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. RJ : FGV, 1986

ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: USP, v. 16, out/dez 1992. P. 157-158

FGV/IBGE. *Dietas de Custo Mínimo*. RJ : FGV/Div. de Estatística e Econometria, 1978

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder* – 5ª. ed. – RJ: Graal, 1985.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Documento nº 14 mar./93

LACAZ, Baruzzi; SIQUEIRA JR. *Introdução à Geografia médica no Brasil*. São Paulo, 1974

LEFORT, Claude. Direitos do homem e política. In: *A invenção democrática*. S.P., Brasiliense, 1982

MONTEIRO, Carlos A.. O mapa da pobreza no Brasil. In: *Cadernos de Nutrição*, s/n, SBAN, vol. 4, 1992

NAKAGAWARA, Yoshiya – (Coord.) – *Mão-de-Obra em Londrina – a situação do emprego, desemprego e subemprego*. 2 v. Londrina. UEL. 1985.

PORTO, Walter C.. *Declaração de Direitos*. Brasília, Fund. Projeto Rondon, 1988

SABOIA, Ana Lucia (Coord.). *Crianças & Adolescentes indicadores sociais*. RJ: IBGE, 1989

SCOTT, Wolf. *Concepts and measurement of poverty*. Genebra, UNRISD, 1981

VIACAVA, F.; DE FIGUEIREDO, C. M. P.; OLIVEIRA, W. A.. *A desnutrição no Brasil*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993

\* \* \*

**Entidades e pessoas diretamente comprometidas com o Projeto de Mapeamento da Pobreza no município de Londrina:**

**I – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA:**

Reitor : JOÃO CARLOS THOMPSON

Vice-reitora: LUZIA YAMASHITA DELIBERADOR

**1. BIBLIOTECA CENTRAL**

ELIZABETE PUIA

**2. CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS:**

Profa. LUCIA MIGLIORANZA – Tecnologia de Alimentos e Medicamentos

**3. CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS**

Profa. ANA SATIE YOTSUMOTO – Matemática Aplicada

Profa. KUMAGAE KASUKUO STIER – Geociências

Prof. PEDRO EVANGELISTA – Matemática Aplicada

Profa. YOSHIYA NAKAGAWARA FERREIRA – Geociências

Profa. VANDERLI MAURO MELEM – Matemática Aplicada

Profa. JACINTA LUDOVICO ZAMBOTI – Matemática Aplicada

ACADÊMICO DE ECONOMIA PAULO H. M. BRAMBILLA – Geociências

**4. CENTRO DE CIÊNCIAS DE SAÚDE:**

Prof. JOÃO CAMPOS – HURNP/Materno Infantil e Saúde Comunitária

Profa. BARBARA TURINI – HURNP/Materno Infantil e Saúde Comunitária

**5. CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS:**

Profa. EDNÉIA MARIA MACHADO – Serviço Social

Profa. MARIA CLEMENTINA E. COLITO – Serviço Social

**6. CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS:**

Prof. EDUARDO R. DE OLIVEIRA – História

Prof. JOÃO BATISTA FILHO – Sociologia

Prof. JOSÉ CÉZAR DOS REIS – História

Profa. MARIA REGINA C. CAPELO – Sociologia

Prof. PAULO BASSANI – Sociologia

**7. NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL:**

GARCIA ALEJANDRO VERGARA FIGUEROA

JOELMA DA SILVA TEIXEIRA

**II – PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA:**

**1. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO:**

MARIA YORIKI HINO

EUNICE DE BIAGI MORAES

**2. SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL:**

MARIA ANGELA SANTINI GONÇALVES



**3. COHAB:**

JOÃO ALBERTO VERÇOSA  
ANDRÉ LUIZ VARGAS ILÁRIO  
SUELY DA SILVA  
ANGELA BENTO LADEIA

**III – IBGE**

ANGELA MARIA BARBOSA

**IV – ARQUIDIOCESE DE LONDRINA**

DON ALBANO CAVALIN – Arcebispo de Londrina  
ELVIRA DUARTE DE MORAZ – Pastoral da Criança  
FERNANDO FRANZOI DA SILVA – Pastoral Social

**V – ALUNOS E EX-ALUNOS DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UEL**

ALICE APARECIDA E SILVA  
NÉCIO TURRA NETO  
ODILA SILVIA KNOBE ZANI

**Apoio Logístico e Institucional:**

CEC – Coordenadoria de Extensão à Comunidade  
da Universidade Estadual de Londrina  
Prof. TADEU FELISMINO.

\* \* \*